

1377  
m



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**ÓRGÃO JULGADOR:** **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
**COMARCA:** **RECIFE - 19ª VARA CÍVEL**  
**TIPO:** **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
**PROCESSO Nº:** **160.669-9/02**  
**EMBARGANTE(S):** **ANTONIO GILSON RAMALHO**  
**EMBARGADO(S):** **ELIZABETHE SANTOS DUTRA DA SILVA**  
**RELATOR:** **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO - EMBARGOS DE TERCEIRO - CÔNJUGE DO EXECUTADO - EXTINÇÃO - ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA E AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - APELAÇÃO - VIOLAÇÃO A SÚMULA 134, DO STJ - DECISÃO TERMINATIVA - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA ANULADA - RECURSO DE AGRAVO - ARGUMENTOS DE IMPOSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DA PENHORA E INDIVISIBILIDADE DO BEM, AFASTADOS - RECURSO IMPROVIDO - ACLARATÓRIOS - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A PROVA DE QUE O VALOR OBJETO DA DÍVIDA NÃO FOI REVERTIDO EM PROL DO PATRIMÔNIO COMUM - DISCUSSÃO AFETA AO MÉRITO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO - RECURSO REJEITADO - DECISÃO UNÂNIME.

- O cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro, visando à defesa da sua meação, mesmo tendo sido intimada da penhora (Súmula 134, do STJ);
- Possui legitimidade e interesse processual para promover embargos de terceiro, o cônjuge do executado para garantia de sua meação;
- A prova de que o valor objeto da dívida não foi revertido em prol do patrimônio comum é matéria a ser enfrentada no mérito dos Embargos de Terceiro, descabendo a sua apreciação em sede de Recurso de Agravo que desafiou decisão terminativa proferida em âmbito restrito e que visou reconhecer, tão-somente, a legitimidade ativa do cônjuge em propor ação para garantir a parte lhe cabe na meação.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração de nº **160.669-9/02**, tendo como Embargante **ANTONIO GILSON RAMALHO**, e Embargado **ELIZABETHE SANTOS DUTRA DA SILVA** **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal

Palácio da Justiça, 1º andar, sito a Praça da República, s/nº - Bairro de Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50.010-040 - Fone: 3419.3277.

1



138<sup>18</sup>  
un

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, ante a ausência de qualquer omissão, nos exatos termos do voto do Relator.

Recife,

15/12/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **RECIFE - 19ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSO Nº: **160.669-9/02**  
EMBARGANTE(S): **ANTONIO GILSON RAMALHO**  
EMBARGADO(S): **ELIZABETHE SANTOS DUTRA DA SILVA**  
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO:**

Enfrento Embargos de Declaração opostos por **ANTONIO GILSON RAMALHO**, sob o argumento da existência de omissão no julgamento do Recurso de Agravo interposto contra a decisão terminativa que, por sua vez, deu provimento ao recurso de apelação intentado pela ora agravada **Elizabethe Santos Dutra da Silva** para, em consequência, julgar procedente os Embargos de Terceiro por ela manejaados.

Pontua o Embargante que o recurso de agravo interposto alicerçou-se em três fundamentos: 1) incidindo a penhora sobre bens imóveis, a falta de intimação do cônjuge executado não anula a penhora, constituindo mera irregularidade formal, podendo ser sanada a qualquer tempo; 2) nos embargos de terceiro opostos pelo cônjuge que pretende isentar a constrição judicial a sua meação, compete-lhe provar que o valor objeto da dívida não foi revertido em prol do patrimônio comum; e, 3) a decisão agravada não observou o comando previsto no artigo 655-B, do CPC, com redação determinada pela Lei nº 11.382/06, segundo o qual, recaindo a penhora sobre o bem indivisível, a intimação do cônjuge do executado se mostra absolutamente desnecessária.

Afirma que no julgamento do recurso de agravo não apreciou o segundo fundamento recursal, segundo o qual, *"nos embargos de declaração de tercelro opostos pelo cônjuge que pretende isentar da constrição judicial a sua meação, compete-lhe provar que o valor objeto da dívida não fol revertido em prol do patrimônio comum."*

Pede o conhecimento e provimento dos Embargos, emprestando efeitos modificativos e, suprida a omissão, ser mantida a sentença de primeiro grau (cf. fls. 02/08).

É o relatório.

Recife, 15/12/2009

**Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO - Relator**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
**COMARCA:** RECIFE - 19ª VARA CÍVEL  
**TIPO:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
**PROCESSO Nº:** 160.669-9/02  
**EMBARGANTE(S):** ANTONIO GILSON RAMALHO  
**EMBARGADO(S):** ELIZABETHE SANTOS DUTRA DA SILVA  
**RELATOR:** Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO:**

Insiste o ora Embargante em argumento que, nos exatos termos do que foi exposto quando do julgamento do Recurso de Agravo interposto, não fez parte do que fora decido quando do julgamento da apelação.

Repisando o tema, cuidou a apelação que restou provida e fora intentada por Elizabethe Santos Dutra da Silva, de alardear a sua legitimidade para interpor os Embargos de Terceiro, o qual foi intentado visando garantir a meação da apelante, na condição de esposa do executado, sobre o valor da alienação do bem objeto da penhora, tudo com base na Súmula 134, do STJ, que assim dispõe:

*Súmula 134, do STJ: "Embora intimada da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação."*

Como posto no julgamento do Recurso de Agravo, a ora embargada, insatisfeita com a sentença proferida pelo juízo a quo, o qual, em flagrante equívoco, extinguiu os Embargos de Terceiro opostos, sob o argumento de não ter aquela "legitimidade" e "interesse processual", em inquestionável ofensa a Súmula 134, do STJ, já transcrita acima.

Ao contrário do que foi indevidamente alinhado nos presentes aclaratórios e no recurso de agravo, a decisão açoitada cuidou, tão-somente, de anular a sentença de primeiro grau, determinando o prosseguimento dos Embargos de Terceiro até o seu julgamento final, garantindo-se a ora embargada a sua meação.

Relembre-se que, em nenhum momento, ao revés do que alegou o Embargante em sede de Recurso de Agravo, a penhora realizada foi anulada, mas sim, a decisão terminativa proferida na apelação cível reconheceu o direito da embargada a meação do bem constrito.

Veja-se, novamente, a parte meritória da decisão terminativa, com o fim de dirimir qualquer dúvida sobre o tema:



1421  
m

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

"No tocante ao mérito do recurso e dedilhando os documentos existentes nos autos, entendo que a peça de insurgência merece guarida.

Segundo notícia contida no bojo da demanda, o apelado Antonio Gilson Ramalho buscou o recebimento do crédito de R\$ 447.983,79 (quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos), representado por instrumento particular de transação com garantia real e outras estipulações, sendo certo que, por meio do citado instrumento o ora apelado pagou um débito contraído por Amaro Francisco da Silva, no valor histórico de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Como garantia real do supracitado crédito, Amaro Francisco da Silva ofereceu um bem de sua propriedade identificado como sendo **Auto Posto Raízes Ltda**, situado às margens da BR 101, Km 124, s/n, Loteamento Nova Escada, no Município de Escada - PE, bem como os lotes nº 01 a 18, da Quadra 08, do Loteamento Nova Escada.

Realizada a penhora, a ora apelante ingressou com embargos de terceiros apoiada na sua condição de esposa do executado, condição esta comprovada pela cópia da certidão de casamento acostada às fls. 06, reclamando a sua meação, bem assim que não participou e nem tinha conhecimento da dívida que resultou na constrição do bem querreado.

Pois bem, como exposto pela ora apelante, a questão posta para julgamento não contém qualquer dificuldade para ser dirimida, haja vista o contido na Súmula 134, do STJ, que assim dispõe:

Súmula 134, do STJ: "Embora intimada da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação."

Desse modo, não poderia o togado monocrático a quo extinguir os Embargos de Terceiro opostos pela ora apelante sob a alegação de ilegitimidade ativa, já

3



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

que a sua condição de cônjuge do executado e não havendo notícia de sua participação no processo de conhecimento que constituiu o título executivo, confere legitimidade àquela para propor ação visando resguardar os seus direitos de meação.

Diante dos fundamentos alinhados e da previsão contida na Súmula 134, do STJ, se afigura que a hipótese dos autos é a de decisão em manifesto confronto com Súmula do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, na forma prevista no Art. 557, § 1º, do Estatuto Processual Civil, o que autoriza ao relator exercer o juízo de mérito do recurso, na condição de órgão fracionário do Tribunal, mediante decisão terminativa de mérito, amparada pelos efeitos de acórdão, atraindo os recursos contra ele cabíveis.

À luz das razões alinhadas, entendo que a decisão vergastada entra em rota de colisão com Súmula do **Superior Tribunal de Justiça**, em virtude do que, com esteio no Art. 557, §1º, do Código de Processo Civil combinado com o art. 74, inciso VIII, do RITJPE - Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **DOU PROVIMENTO** ao apelo interposto por **ELIZABETHE SANTOS DUTRA DA SILVA**, para, via de consequência, **ANULAR** a sentença de extinção proferida, determinando o retorno dos autos ao Juízo da 19ª Vara Cível da Capital, a fim de prosseguir em seu curso normal até o julgamento final de mérito.

Publique-se.

Recife, 28/09/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator".

Como se vê, a decisão monocrática proferida na apelação cível não cuidou de anular a penhora, mas sim, a sentença de extinção, já que, ao contrário do que fora decidido, a ora embargada possui legitimidade e interesse para propor demanda que vise garantir a sua meação, na qualidade de esposa do executado.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Reforce-se, mais uma vez que, com intuito claro de desviar o foco da questão decidida e tentar confundir os julgadores, o ora embargante insiste em alardear que: *"nos embargos de declaração de terceiro opostos pelo cônjuge que pretende isentar da constrição judicial a sua meação, compete-lhe provar que o valor objeto da dívida não foi revertido em prol do patrimônio comum."*

Ora, a pretensão do ora embargante só pode ser analisada se os Embargos de Terceiro tiver o seu curso normalizado, passando-se a fase de instrução, restando certo de tudo isso que, jamais, em hipótese alguma, poderia o togado monocrático extinguir o processo por "ilegitimidade de parte" ou "ausência de interesse processual", quando é indiscutível o direito de meação do cônjuge do executado, pouco importando a divisibilidade ou não do bem penhorado, principalmente ante a previsão da Súmula 134, do STJ.

Por outro lado, a prova de que o valor objeto da dívida não foi revertido em prol do patrimônio comum é matéria a ser enfrentada no mérito dos Embargos de Terceiro, descabendo a sua apreciação em sede de Recurso de Agravo que desafiou decisão terminativa proferida em âmbito restrito e que visou reconhecer, tão-somente, a legitimidade ativa do cônjuge em propor ação para garantir a parte lhe cabe na meação.

Realce-se, por derradeiro e mais uma vez, que o cerne do que foi decidido na terminativa proferida na apelação cível está voltado para a inquestionável *legitimidade* da ora embargada para propor os Embargos de Terceiro visando garantir a sua meação, possuindo a mesma *interesse processual* para interpor ações que visem a garantia daquele direito.

Bem por isso e não havendo qualquer omissão a ser sanada, **REJEITO** os Embargos de Declaração opostos.

É como voto.

Recife,

15/12/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator